

Ministros civis querem 'endurecer'; os da área militar, negociações

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

Os ministros militares que se reuniram ao anoitecer de ontem com o presidente José Sarney, para uma avaliação da decisão da Comissão de Sistematização em favor dos quatro anos de mandato para o presidente, recomendaram que o governo adotasse uma postura cautelosa e de acatamento à soberania do Congresso constituinte.

A recomendação cristalizou-se na nota oficial lida, à noite, pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em nítido contraste com a postura belicosa pregada pelos ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

A decisão de Sarney em favor da negociação e não do confronto pregado pelos dois ministros resolve, num primeiro momento, o dilema colocado ao presidente por duas pressões absolutamente contrapostas:

1 — Endurecer, retomando a tese de fazer uma ampla reforma política e administrativa, para compor um governo suprapartidário, correndo todos os riscos que Sarney não quis enfrentar no mês passado, quando ensinou a formação da chamada "nova maioria".

"Se o presidente não cumprir o que espera a nação, ou seja, um governo não submetido a interesses políticos menores, não estará realizando seu papel", disse à Folha, com todas as letras, o ministro Antonio Carlos Magalhães. Completou Prisco Viana: "Quem pensa que o governo vai se acomodar, está profundamente enganado".

A proposta de endurecimento traria para o presidente os mesmos riscos enfrentados (e não superados) a partir do instante em que o PFL considerou rompida a Aliança Democrática. Naquela ocasião, Sarney foi convencido — e pelos mesmos homens que agora pregam o endurecimento — de que teria maioria para um esquema de apoio suprapartidário, que lhe permitisse romper a dependência do PMDB.

Talvez por isso, o presidente reclamou ruidosamente ontem, no Palácio da Alvorada, das contas que lhe são apresentadas, queixando-se até dos generais Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, e Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), porque ambos lhe asseguraram a vitória dos cinco anos. Na verdade, os dois simplesmente confiaram nos cálculos dos operadores políticos do presidente, que previam a vitória dos cinco anos por um mínimo de 53 votos.

Os ministros militares, ao preferirem a linha da negociação, apenas reafirmaram o que haviam conversado com o presidente na noite de sexta-feira: parlamentarismo (mesmo implantado já) com cinco anos de mandato para Sarney não representaria uma "diminuição" para o presidente, na medida em que tanto esse sistema de governo como o tempo de mandato seriam os mesmos para Sarney e seus sucessores.

O objetivo, agora, é reverter, no plenário da Constituinte, as decisões da Sistematização, tanto sobre o parlamentarismo como sobre os quatro anos. Paralelamente, a Folha apurou que, se não for possível obter a reversão, dois dos principais ministros militares (o general Leonidas Pires Gonçalves e Ivan de Souza Mendes) manterão a postura de



O presidente José Sarney

respeito às decisões do Congresso constituinte. E já fizeram saber disso algumas influentes lideranças peemedebistas.

A idéia de jogar tudo, agora, no plenário é compartilhada também por ministros civis, especialmente Costa Couto. "Perdemos a batalha, mas não perdemos a guerra", disse ele à Folha, ontem, antes mesmo de terminar a votação, mas quando o seu resultado já se delineava.

2 — A segunda pressão sobre Sarney (só preliminarmente vitoriosa pois a pressão pelo endurecimento continua) é justamente pela negociação. Já na quinta-feira, em reunião com um grupo de parlamentaristas, Sarney concordara em que era indispensável uma negociação entre o governo e as lideranças institucionais da Constituinte, em busca de um consenso.

Dois dias antes, a negociação fora o prato principal da reunião entre o presidente e o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização e parlamentarista convicto. Arinos propusera a aceitação do parlamentarismo-já, com cinco anos de mandato, e Sarney ficou até de enviar ao senador, por escrito, uma proposta de entendimento.

Acabou enviando apenas (e já no sábado à noite), por telefone, um texto curto, lido por Arinos no plenário do Congresso, ontem, no qual o presidente se diz aberto ao entendimento nacional.

Do lado parlamentarista, um grupo importante, situado à esquerda no amplo espectro peemedebista, também acenou ontem mesmo com a negociação, em declaração igualmente lida no plenário. Mas é óbvio que Sarney e os parlamentaristas não estão falando exatamente da mesma negociação. O presidente imagina que seja possível reintroduzir o presidencialismo e obter cinco anos de mandato, pela via da negociação a que se recusou até agora. Os parlamentaristas mais influentes acham que a negociação se limita ao tempo de mandato para Sarney e à fórmula da transição do presidencialismo para o parlamentarismo, pois consideram inegociável o sistema de governo já aprovado (parlamentarismo).

É a visão que, em nome desse grupo, o senador José Richa (PMDB-PR) expôs ontem à Folha, após a votação: Richa entende que o país está se tornando ingovernável e que a única saída à vista é a imediata implantação do parlamentarismo, dure quanto durar o mandato de Sarney.

Traduzindo concretamente: Richa já retira Sarney do jogo de poder e até do jogo de governo, que passará

logo ao futuro primeiro-ministro, para elevar o presidente à condição de árbitro. "Só no Parlamento, pode se formar a maioria sólida que o país necessita", diz o senador.

Se mantiver a disposição de entendimento revelado pela nota oficial de ontem, Sarney jogará em desvantagem para mudar o que a Sistematização decidiu. É verdade que o plenário é menos oposicionista do que a Sistematização, mas, em contrapartida, as condições gerais do país, no momento em que se votar o mandato em plenário, tendem a ser piores. "A situação econômica só vai se deteriorar mais até lá", diz o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). "A inflação galopante vai tornar o país ingovernável", emenda o senador Richa.

Mas há mais: a mudança de posição de alguns importantes governadores, como Miguel Arraes (PE), Waldir Pires (BA), Orestes Quércia (SP), Pedro Simon (RS) e Wellington Moreira Franco (RJ), que pularam dos cinco para os quatro anos. Os governadores foram, até há pouco mais de uma semana, os principais pilares de sustentação do governo federal.

E, como se fosse pouco, há Ulysses Guimarães, esfingético e ambíguo como sempre. Ontem, após a votação, Ulysses confirmou de viva voz o que a Folha já publicara no sábado: não pediu um só voto em favor dos cinco anos. A Folha apurou, ainda, que Ulysses acha que o governo está em irremediável curso ladeira abaixo e, por isso, não lutará para evitar que o período de comando efetivo de Sarney seja abreviado. Sintomaticamente, seu assessor técnico, Miguel Reale Jr., defendeu, na edição de ontem da Folha, esse encurtamento, seja pela via do parlamentarismo-já, seja pelas eleições presidenciais em 1988. (Clóvis Rossi e Gilberto Dimenstein)

Cabral desiste dos 6 anos e vota com os 'quatroanistas'

Do enviado especial a Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), figurava, no sábado, como um voto praticamente solitário em favor dos seis anos de mandato para o presidente José Sarney, tanto nas listas dos "cincoanistas" como entre os "quatroanistas". Enganou os dois lados e votou quatro anos. Com direito a discurso em favor de sua tese, na hora do encaminhamento da votação.

A explicação de Cabral: ele é "institucionalmente" favorável aos seis anos, mas, na conjuntura, "não poderia renegar o meu passado" e, portanto, teria que votar pelos quatro anos. E votou mesmo, para os aplausos da maioria "quatroanista" e para receber a qualificação de "pilántra", emitida pelo líder do PFL, José Lourenço, "cincoanista". (CR)